

ENCONTRÃO 2014

TURMAS DE 1969-1970-1971-1972-1973-1974



Faculdade Federal de Engenharia da UnU, em dez/1969

“A História vivida e contada por ex-alunos e ex-professores”
(Período de 1961 a 1979)

**HENNER ALBERTO GOMIDE
JOSÉ CARLOS DA SILVA
RENY SIMÃO**

UBERLÂNDIA MG, 15 DE AGOSTO DE 2014

SUMÁRIO

- Prefácio	2
- Sonho possível: uma escola de engenharia em Uberlândia	3
- Sonho realizado	4
- Primeiro exame vestibular	5
- Enfim, alunos em sala de aula	5
- Alunos em sociedade: DAGEMP	8
- Primeira greve estudantil	8
- Primeira Homenagem a Rondon Pacheco	9
- Faculdade Federal de Engenharia de Uberlândia	9
- Unidades acadêmico-administrativas: os departamentos	10
- Universidade de Uberlândia	11
- Primeira solenidade de formatura	12
- Anos 1970: uma década de transformações	14
- Universidade Federal de Uberlândia	21
- Considerações finais	22
:: – ::	
- Anexo-1: Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961	23
- Anexo-2: Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962	23
- Anexo-3: Decreto nº 53.519, de 31 de janeiro de 1964	24
- Anexo-4: Disciplinas e Professores da 1ª Turma do Curso de Eng. Mecânica	24
- Anexo-5: Presidentes do DAGEMP de 1965 a 1974	25
- Anexo-6: Decreto-Lei nº 379, de 23 de dezembro de 1968	25
- Anexo-7: Docentes lotados no DEM até 1979	26
- Anexo-8: Chefes do DEM de 1969 a 1980	26
- Anexo-9: Decreto-Lei nº 762, de 14 de agosto de 1969	26
- Anexo-10: Reitores da UnU/UFU de 1969 a 1980	27
- Anexo-11: Projeto BASA SAE	27
- Anexo-12: Ocupação do Espaço Físico em 1975	28
- Anexo-13: Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978, cria a UFU	28
- Anexo-14: Relato minucioso do processo de federalização da UnU	29
- Anexo-15: Relação dos alunos das turmas seriadas	30
- Anexo-16: Fotos do período 1965 a 1979	34

Prefácio

A história dos cursos de engenharia mecânica e engenharia química da Universidade Federal de Uberlândia (UFU) remonta ao ano de 1957 e tem como protagonistas personagens decisivos, que decidiram agir para transformar em realidade um ideal acalentado por muitos: implantar na região do Triângulo Mineiro cursos de nível superior.

O presidente Juscelino Kubitschek, exercendo mandato no período 1956-1961, empenhava-se em um processo de interiorização do desenvolvimento, o que incluía a criação de cursos técnicos e de nível superior em regiões distantes das capitais.

Com atuações marcantes de Rondon Pacheco, político voltado às causas da educação profissionalizante e do desenvolvimento industrial; de Genésio de Melo Pereira, empreendedor nessas mesmas causas, e do empenho de muitos colaboradores, foram dados os primeiros passos para a implantação em Uberlândia de uma escola federal de engenharia.

Este registro histórico é dedicado às seis turmas em regime anual dos cursos de **engenharia mecânica** e **engenharia química**, as quais, reunidas em agosto de 2014, vêm celebrar os 50 anos decorridos, desde que aqui estiveram em busca de sua formação profissional.

A colaboração informativa de diversos setores da UFU, através de seus funcionários, professores e alunos, foi decisiva para a elaboração deste documento, a quem exaltamos e agradecemos.

Henner Alberto Gomide e Reny Simão – Alunos da 1ª Turma.

José Carlos da Silva – Professor de 1969 a 1992.

Sonho possível: uma escola de engenharia em Uberlândia

Em 1957, por iniciativa do então deputado estadual Homero Santos, foi constituída, em Uberlândia – MG, uma **Comissão Pró-Escolas Superiores**, assim composta: presidente, **Caio Manoel Frutuoso**; secretário, **José Storti**; e tesoureiro, **Adelson Ferreira Tavares**.

As ações iniciais dessa comissão tiveram como primeiro resultado a criação, em 1960, de duas instituições particulares de ensino superior: a **Faculdade de Direito de Uberlândia** e a **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia**.

Visando uma maior representatividade, a Comissão Pró-Escolas Superiores dirigiu-se à **Sociedade dos Engenheiros Químicos e Arquitetos de Uberlândia (SEQAU)**, fundada em 20/11/1953, e às associações de classe locais, para juntas respaldarem um objetivo bem mais ambicioso: criar em Uberlândia uma escola federal de engenharia.

O mentor principal desse processo reivindicatório era o então deputado federal **Rondon Pacheco**, o qual, valendo-se do ‘direito de emendar’ mensagens ao presidente da República, à época Juscelino Kubitschek de Oliveira (1956 – 1961), solicita a criação da **Escola de Engenharia do Brasil Central**, com sede em Uberlândia. Em carta de 16/06/1959, ao presidente da Comissão Pró-Escolas Superiores, Caio Manoel Frutuoso, Rondon assim se expressa:

Tenho o prazer de comunicar-lhe haver apresentado emenda objetivando a criação da Escola de Engenharia do Brasil Central, com sede em Uberlândia, ao projeto de lei do Poder Executivo, nº 3.966, que cria uma Escola Agrícola no Município de Bambuí, em Minas Gerais. Os ilustres membros da Comissão Pró-Escolas Superiores de Uberlândia, têm conhecimento de que, nos termos do § 2º do artigo 67 da Constituição, falece competência aos membros do Poder Legislativo para a iniciativa de projeto dessa natureza. Entretanto, é ponto de vista pacífico na Comissão de Justiça da Câmara e do Senado, que os deputados e senadores têm o “poder de emenda”, o direito de emendar as mensagens do Presidente da República. Assim procedi quando da colação da Junta de Conciliação de Julgamento de Uberlândia. Pois que agora nos surgiu a grande oportunidade de obter a tão almejada Escola de Engenharia. Já apresentei a respectiva emenda à Mensagem do Poder Executivo e, para o futuro, darei notícias sobre a sua tramitação nesta casa do Poder Legislativo. Sem mais, com elevada estima e distinto apreço, subscrevo-me, Rondon Pacheco.

Em 24 de janeiro de 1961, Juscelino Kubitschek, cujo mandato presidencial expiraria em 31 do mesmo mês, sanciona a Lei nº 3.864-A (**Anexo-1**), que contém no seu Artigo 4º:

... É também criada uma Escola de Engenharia, com sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais...

Sonho realizado

Coube à SEQAU, em fevereiro de 1961, sob o governo de **Jânio Quadros**, compor uma comissão constituída pelos engenheiros **Luiz Antônio Rocha e Silva, Joaquim de Almeida Filho, Domício da Costa Ribeiro e Genésio de Melo Pereira** para dar existência de fato à sonhada escola de engenharia. Liderada por Genésio de Melo Pereira, tem início a elaboração de legislação específica para futuras negociações em Brasília (DF).

Em agosto de 1961, Rondon Pacheco consegue que o presidente Jânio Quadros envie à Câmara dos Deputados mensagem criando os cargos da EEU. Em 24/08/1961, o Presidente da República assina, na presença de Rondon Pacheco, a Lei de criação dos referidos cargos. Está criada, assim, a **Escola de Engenharia de Uberlândia (EEU)**. Na opinião de Rondon Pacheco, este deve ter sido um dos últimos atos do presidente Jânio Quadros, antes da sua renúncia, em 25/08/1961.

Com a renúncia de Jânio Quadros, assume o governo, em 08/09/1961, o vice-presidente João Goulart. As mudanças políticas geradas no país retardaram em mais de um ano a implantação da EEU. Somente em 05/12/1962 foi promulgada a Lei nº 4.170 (**Anexo-2**), também por intermediação do parlamentar Rondon Pacheco. A referida Lei dispunha sobre o funcionamento dos novos cursos, com destaque para o Art. 1º:

... A Escola de Engenharia, com sede na cidade de Uberlândia (MG), integrante da Diretoria do Ensino Superior – Ministério da Educação e Cultura, a que se refere o artigo 4º da Lei Nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961, manterá os cursos de engenharia industrial, modalidades, mecânica e química e o Instituto de Pesquisa e Orientação Industrial (IPOI).

Não obstante as dificuldades enfrentadas com o novo governo e a situação tensa por que passava o país, foi aprovada, em 31/01/1964, a Portaria Ministerial MEC nº 48, criando uma comissão composta por **Genésio de Melo Pereira, Galba Gouveia Porto e Roberto Carneiro**, para dar andamento à implantação da Escola de Engenharia de Uberlândia. Nesta mesma data, o presidente João Goulart assina o Decreto Nº 53.519 (**Anexo-3**), oficializando que a União aceite a doação de terreno e imóvel em Uberlândia para a instalação da Escola de Engenharia.

O presidente João Goulart veio à cidade, onde assinou publicamente a aceitação da área destinada ao funcionamento da Escola de Engenharia de Uberlândia. O terreno foi doado pelo ilustre araguarino, Genésio de Melo Pereira, vindo a ser este o primeiro diretor da instituição. O gesto doador estendeu-se também ao Dr. Agenor Fernandes, ambos dirigentes do **Grupo CARFEPE**.

Todo o processo legal de doação do terreno e do prédio à União foi conduzido pelo Prof. Galba Gouveia Porto, em tempo considerado curto, de apenas dois anos. Atendidas as exigências do MEC, as primeiras obras civis deram origem ao **Campus Santa Mônica**, sendo a primeira delas a reforma do prédio do antigo **Ginásio Salesiano**, com área de 1.300 m², mais tarde apelidado pelos alunos de **Museu**.

A reforma dotou o Museu de uma enorme sala no 2º piso, ocupando toda a extensão do prédio. O espaço foi apelidado pelos alunos de **Mineirão**, uma alusão ao estádio de futebol inaugurado em 1965, em Belo Horizonte.

Primeiro exame vestibular

Vencidas as etapas iniciais que deram existência física à **EEU**, deu-se início a divulgação do primeiro exame vestibular aos cursos de engenharia mecânica e engenharia química, com prazo para as inscrições de 15/03/1964 a 04/04/1964. Em 31/03/1964, ocorreu o golpe militar que depôs o presidente João Goulart. Todavia, os exames foram mantidos na data programada e realizados a partir de 15/04/1964, com 60 vagas para o curso de engenharia mecânica e 40 vagas para o curso de engenharia química.

O novo regime de governo, presidido pelo Mar. **Humberto de Alencar Castelo Branco**, retardou o início de funcionamento dos referidos cursos. **Coube ao Conselho Nacional de Educação (CNE)** autorizar o funcionamento definitivo da **EEU**, somente em dezembro de 1964, estabelecendo que o início das aulas se daria em março de 1965.

Enfim, alunos em sala de aula

A abertura das atividades acadêmicas na **EEU** ocorreu em 03/04/1965, no **Salão Nobre do Uberlândia Clube**, com a aula inaugural proferida pelo Ministro da Educação e Cultura, Prof. **Raymundo Moniz de Aragão**. Difícil imaginar algo mais representativo do que a presença de um ministro do governo em Uberlândia, para reforçar o status de instituição federal à Escola de Engenharia de Uberlândia. Os ventos sopravam a favor.

A primeira aula curricular aconteceu nas dependências do **Colégio Brasil Central**, às sete horas da manhã, do dia 05/04/1965, uma segunda-feira. A aula foi ministrada pelo Prof. **Celso Corrêa dos Santos**. O único prédio existente no Campus Santa Mônica, à época, estava ainda em reforma, conforme mostra a **Foto 1**.

Somente após um mês desde a aula inaugural é que as atividades letivas puderam ser transferidas do Colégio Brasil Central para o seu local definitivo, o Campus Santa Mônica. Registramos aqui uma importante ocorrência, relatada por alunos da 1ª turma:

Genésio de Melo Pereira, com seu jeito tranquilo, adentrou a sala de aula e deu a tão aguardada notícia: “A partir de agora não teremos mais aulas neste colégio; vamos definitivamente para a nossa casa”. E acrescentou: “Os alunos que não têm condução própria poderão se servir gratuitamente de um ônibus que está lá fora, aguardando. Ele levará vocês ao Campus”.

Era, na verdade, uma jardineira reformada. O veículo aguardava os alunos na porta do colégio. Seu motorista, o Sr. Itamar, logo passou a ser chamado pelos alunos carinhosamente de Baixinho, e a jardineira foi apelidada de **Pantera**. A primeira aula no Campus Santa Mônica foi ministrada pelo Prof. Galba Gouveia Porto.



Foto 1 - Prédio na reforma e após (Museu), no Campus Santa Mônica, em 1964.

O ano de 1965 transcorreu normalmente. Os alunos tinham de cumprir, naquele ano, uma carga horária de 720 horas. O curso estava estruturado em períodos anuais, com uma média de seis disciplinas por ano. A estrutura didático-pedagógica do curso permitia que alunos reprovados em até duas disciplinas ficassem ‘de dependência’, tendo que repeti-las no ano seguinte. O **Anexo-4** mostra as disciplinas e professores da 1ª turma do curso de engenharia mecânica e da 3ª turma do curso de engenharia química.

Em 1966, já eram duas as turmas, em ambos os cursos. Isto possibilitou a implementação de novas ações, com destaque para a **1ª Semana de Engenharia**, evento realizado no mês de abril, quando se discutiu diferentes assuntos, dentre eles a relação entre engenharia e desenvolvimento, visando traçar perspectivas para o cidadão universitário.

Ocorreram, também, a partir de 1966, os **Jogos Universitários Uberlandenses**, com realização anual até 1974. Em suas nove edições, os alunos da engenharia foram

vice-campeões, sendo seus concorrentes diretos os alunos dos cursos de direito, economia, pedagogia e filosofia.

A **Foto 2** é o documento mais emblemático deste resgate histórico. É de autoria do aluno e fotógrafo profissional **Roberto Vieira**, tirada em 28/08/1965, momentos antes de uma aula de Cálculo Diferencial, Integral e Vetorial I, ministrada pelo Prof. **José Peppe Jr.** nas manhãs de sábado. Nela se pode ver: parte do único prédio (Museu) existente no Campus Santa Mônica, em 1965; a jardineira Pantera, o Prof. José Peppe Jr. de jaleco branco e 39 alunos dos mais de 70 aprovados no vestibular.



Foto 2 – Alunos da 1ª turma de engenharia, tendo ao centro o Prof. José Peppe Jr.

Ao menos dois fatores contribuíram para que vários alunos desistissem do curso: o atraso de um ano para o início das aulas e o fato de alguns deles, por exercerem uma atividade profissional, não conseguiam cumprir a principal exigência do curso: dedicação em tempo integral. Vale destacar que o aluno Milcíades de Menezes (2º da esquerda para a direita, na fileira intermediária, Foto 2), casado e com filhos, frequentou o curso até a sua conclusão.

No 1º semestre de 1965, 3 alunos vieram transferidos da UnB: Reny Simão, Ricardo Eugênio da Silva Arantes e Meryge Alexandre Machado. O aluno Luiz Carlos de Mello trabalha na CEMIG em Uberaba e apesar das dificuldades iniciais, conseguiu transferência para Uberlândia.

Vale lembrar as repúblicas de estudantes que se instalaram em Uberlândia, com destaque para a “Kai na Kova”, na Av. Cipriano Del Fávero e a “Poleiro dos Anjos”, na Av. Rio Branco. Várias outras foram surgindo através dos anos.

Alunos em sociedade: DAGEMP

Uma das primeiras ações dos alunos foi fundar, em agosto de 1965, o **Diretório Acadêmico Genésio de Melo Pereira (DAGEMP)**, sendo seu 1º Presidente, Roberto Vieira da Silva (1965-1966). Um logotipo representando os dois cursos de engenharia foi criado pelo aluno **Edson de Jesus Vieira da Costa (Pindoba)**, vindo a estampar camisetas, agasalhos e pastas escolares. O **Anexo-5** mostra a relação dos presidentes do DAGEMP, desde sua fundação até o ano de 1974.

O **DAGEMP** não dispunha, inicialmente, de uma sede social, até que o episódio relatado a seguir revelou tal necessidade. A criação e funcionamento da **Escola de Medicina de Uberlândia**, em 1968, levou a Sociedade Médica de Uberlândia, situada à Av. Cesário Alvim, nº 2, a franquear sua sede social para que os alunos da medicina pudessem realizar ali seus eventos sociais e uma “soirée” dançante aos sábados.

No evento inaugural, amplamente divulgado, os alunos da engenharia foram impedidos de entrar. O acesso só era permitido aos médicos e seus familiares, e aos professores e alunos da medicina. O fato gerou uma grande confusão, tendo como consequência imediata uma aglomeração de mais de 50 alunos da engenharia em frente à Sociedade Médica. Este fato apressou o presidente do DAGEMP, Antônio Carlos Meira, a cuidar da locação de uma sede social, ainda no 2º semestre de 1968.

Localizada na Praça Tubal Vilela, a primeira sede social do **DAGEMP** proporcionou “soirées” dançantes aos domingos, conquistando a simpatia da sociedade uberlandense, inclusive com a participação de professores e a presença frequente de Genésio de Melo Pereira, acompanhado de esposa e filhos.

Primeira greve estudantil

A **Escola de Engenharia**, apesar de estar ligada ao governo federal e autorizada pelo **MEC**, não havia recebido, até o 1º semestre de 1967, nenhum recurso financeiro de Brasília para a sua manutenção. Além disso, os professores não estavam recebendo seus salários. As principais despesas vinham sendo suportadas por Genésio de Melo Pereira, diretor da Escola. Esta situação financeira desfavorável juntou-se a outras carências da instituição, fazendo com que uma greve estudantil fosse deflagrada em junho de 1967, na qual os alunos reivindicavam mais laboratórios, espaço físico e professores. Com adesão do corpo docente, foi feito um manifesto assim resumido:

A Escola não tem encontrado a devida consideração dos meios políticos... não há condições de nos tornarmos Engenheiros... queremos realidade e não promessas.

Em resposta aos grevistas, Genésio de Melo Pereira expõe publicamente a situação da Escola de Engenharia: 147 alunos, 20 Professores e 5 funcionários sem vínculo empregatício. A resposta do MEC foi imediata, tendo recebido pela 1ª vez recursos orçamentários da União, em 05/07/1967, no valor de NCR\$ 576.480,00, equivalente hoje (2014) a aproximadamente R\$ 400.000,00.

Com este numerário, a Escola de Engenharia inicia sua expansão e o processo de contratação de professores, ainda no 2º semestre de 1967. Não havia na cidade engenheiros mecânicos ou químicos para ministrar as disciplinas do 3º ano desses cursos. Neste período, foi contratado o engenheiro civil, de minas e metalurgia, **Antonino Martins da Silva Jr.**, para assumir a regência da disciplina ‘Metalografia – Materiais de Construção Mecânica’. Foram contratados, também, mais professores residentes em Uberaba.

Primeira homenagem a Rondon Pacheco

Em 10/06/1967, por iniciativa da direção da EEU e dos alunos do 1º, 2º e 3º anos, aconteceu a cerimônia de descerramento do busto do então ministro **Rondon Pacheco**, justa homenagem ao principal articulador político no processo que resultou na tão sonhada escola de engenharia em Uberlândia. Na placa alusiva ao fato lê-se:

Ao Excelentíssimo Senhor Ministro RONDON PACHECO, Criador desta Casa de Ensino e Baluarte na Luta pela sua Grandeza, o Reconhecimento da Congregação da Escola de Engenharia de Uberlândia – 10/06/1967.

Este busto permaneceu à frente do 1º prédio do Campus Santa Mônica (Museu) até agosto de 2009, tendo sido, então, removido para o novo prédio da Reitoria, no mesmo campus, na gestão (2008-2012) do Reitor **Alfredo Júlio Fernandes Neto**.

Faculdade Federal de Engenharia de Uberlândia

As ações políticas que culminaram com a criação da **Escola de Engenharia de Uberlândia** contaram, desde o início, com a presença em cena do governo federal, graças a Rondon Pacheco, o articulador desse processo em Brasília. Embora a escola já tivesse ‘nascido’ com status federal, faltava uma autenticação definitiva. Tal veio a ocorrer em 23/12/1968, quando o Presidente Mar. **Artur da Costa e Silva** assinou o **Decreto-Lei nº 379 (Anexo-6)**, mudando a denominação da escola para **Faculdade Federal de Engenharia de Uberlândia (FFEU)**.

Unidades acadêmico-administrativas: os departamentos

Para uma melhor estruturação orgânica das atividades administrativas e didático-pedagógicas da FFEU foram criadas duas unidades acadêmicas: em 23/12/1968, o **Departamento de Engenharia Química (DEQ)**, presidido pelo Prof. **Carlos Peppe**. Em 07/02/1969 foi criado o **Departamento de Engenharia Mecânica (DEM)**, presidido pelo Prof. **Nelson Divino Fonseca**. Nesta ocasião foi construído o Prédio Q (hoje **Bloco-ID**) para acolher a engenharia química, em especial os seus laboratórios. O **Anexo-7** apresenta o corpo docente do **DEM**, desde sua fundação até 1979.

Inicialmente, os chefes de departamento permaneceram no cargo pelo período de um ano, por indicação do diretor da EEU. Posteriormente, passaram a ser escolhidos em reunião do **Conselho do Departamento**, para um mandato de dois anos. Este procedimento durou até a federalização da **Universidade de Uberlândia**, em 1978, quando foram criadas as coordenações de cursos. O **Anexo-8** mostra a relação dos chefes do **DEM** até 1980.

Vale registrar que na 3ª reunião do DEM, em 11/06/1969, já havia a participação de um aluno, da 2ª turma anual, representando o DAGEMP: **Francisco Pedro de O. Nogueira (Ceará)**. Este foi sucedido pelo aluno da mesma turma, **Antônio José Penalva Mancini**, em reunião de 29/10/69. Nesta reunião, tomou posse o 2º Presidente (Chefe) do **DEM**, o Prof. **Antônio Mário Machado Guimarães**.

Nesta época, a estrutura física do **DEM** contava com as seguintes edificações: prédio-M, dotado de laboratórios, secretaria e salas de aulas; prédio-O, da Oficina Mecânica e parte do setor administrativo da FFEU.

As decisões tomadas em reuniões dos departamentos então existentes eram levadas ao **Conselho Departamental** da FFEU para aprovação.

Em resumo, no 2º semestre de 1969, o Campus Santa Mônica tinha seu espaço físico constituído por quatro prédios, conforme ilustra a **Foto 3**.



Foto 3 – Vista parcial dos prédios existentes no Campus Santa Mônica em 1969.

O prédio-1Q abrigava os laboratórios básicos de química, as salas de aulas e uma cantina. O prédio-1D abrigava os laboratórios especiais da engenharia química. O prédio-M, da engenharia mecânica, abrigava alguns laboratórios e cedia espaço para a diretoria e tesouraria da FFEU. No prédio-O funcionava a oficina mecânica e os laboratórios de tecnologia mecânica e usinagem, sendo uma parte ocupada parcialmente pela secretaria geral, serviços de contabilidade, pessoal e biblioteca.

Neste ano, a FFEU passa a dispor de um ônibus, destinado a viagens interestaduais para levar alunos em visita a indústrias do país.

Universidade de Uberlândia

Os anseios regionais, no âmbito da educação de nível superior, apontavam para um objetivo natural: a instalação em Uberlândia de uma universidade, para atender de forma integrada as crescentes demandas de profissionais das diferentes áreas do conhecimento.

Em 14/08/1969, o **Decreto Lei 762 (Anexo-9)**, assinado pelo presidente da República, Artur da Costa e Silva, cria a **Universidade de Uberlândia (UnU)**, sendo seu primeiro reitor **Genésio de Melo Pereira**. Em virtude do novo cargo, Genésio passa a direção da agora **Faculdade Federal de Engenharia da Universidade de Uberlândia (FFEUnU)** ao vice-diretor, Prof. Nilo Gonçalves Campos.

A diretoria da FFEUnU promove a contratação, de uma só vez, de 12 professores em regime de tempo integral. Simultaneamente, dá grande impulso na expansão física do Campus Santa Mônica. Foi marcante a participação de professores da cidade de Uberaba nesta fase.

A expansão física do Campus Santa Mônica teve início no 1º semestre de 1968 com a construção de dois prédios: o que abriga atualmente a **Faculdade de Engenharia Mecânica (FEMEC)** e aquele ocupado pela Oficina Mecânica. Até 1971, parte desses prédios foi utilizada por setores da administração da Escola de Engenharia.

Depoimento do Dr. Wilson Ribeiro da Silva, em 1988:

Surgiu a ideia de criar a Universidade de Uberlândia... o então Min. Rondon Pacheco, Chefe da Casa Civil do Governo Costa e Silva, foi chamado para se empenhar na sua criação. O Ministro levou ao Presidente dois decretos já redigidos. O nº 761 criava a Universidade da Cidade do Rio Grande do Sul, terra natal do Presidente, que tinha 5 escolas superiores (01 Federal), igual a Uberlândia. Ele ficou entusiasmado e assinou (decreto 761). O Min. Rondon Pacheco apresentou um outro decreto e disse ...Bom, Presidente, agora temos este outro aqui. O Presidente sorriu e assinou, criando a Universidade de Uberlândia.

Segundo o prof. Antonino Martins da Silva Jr., a UnU foi criada sem passar pelo Congresso Nacional e sem ouvir o CFE, tendo sido sancionada pela Junta Militar, com base no Ato Institucional nº 16.

Em 06/09/1969, o reitor da **UnU** convoca a 1ª Assembleia Geral para a criação da **Fundação Universidade de Uberlândia**. Estiveram presentes neste ato, no Salão Nobre da Faculdade de Direito de Uberlândia, os seguintes representantes das unidades acadêmicas da **UnU**:

Jacy de Assis e Geraldo de Carvalho, respectivamente, diretor e vice-diretor da Faculdade de Direito de Uberlândia; Juarez Altafin e Aniceto Maccheroni, diretor e vice-diretor da Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia; Cora Pavan Capparelli e Vítório Capparelli, respectivamente, diretora e secretário do Conservatório Musical de Uberlândia; Ilar Garotti e Odélcia Leão Carneiro, respectivamente, diretora e vice-diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia; e, como convidados, Domingos Pimentel Ulhoa e José Bonifácio, respectivamente, diretor e vice-diretor da Faculdade de Medicina e Cirurgia de Uberlândia. Além desses, foram convidados a participar da assembleia, os representantes das entidades mantenedoras das escolas particulares acima mencionadas.

O plenário desta Assembleia aprovou, por unanimidade, o Estatuto da **Fundação Universidade de Uberlândia**, com algumas emendas ao projeto apresentado por Genésio de Melo Pereira e elaborado por ele, juntamente com Juarez Altafin e Dionísio Miguel, conforme consta da respectiva ata.

Aprovado o Estatuto da Fundação, tem início o processo organizacional da **UnU**, com destaque para as atribuições dos três órgãos colegiados: **Conselho Universitário (CONSUN)**, **Conselho Diretor (CONDIR)** e **Conselho de Curadores (CONCUR)**.

O **CONSUN** foi instalado oficialmente em 15/08/1970; o **CONDIR**, em 10/06/1971; e o **CONCUR**, em 16/11/1970, conforme registram as respectivas atas.

No final do ano de 1970, Genésio de Melo Pereira deixa a reitoria, assumindo o cargo o Prof. **Domingos Pimentel Ulhôa**. O **Anexo-10** mostra a sucessão de reitores da **UnU/UFU**, de 1969 até 1980.

Primeira solenidade de formatura

Em 30/10/69, assume a presidência da República, Emílio Garrastazu Médici. Ao final deste ano, a **FFEUnU** promove, no Salão Nobre do **Uberlândia Clube**, a solenidade de formatura da 1ª turma de engenheiros mecânicos, com 20 formandos, e da 1ª turma de engenheiros químicos, com 4 formandos. Ambas as turmas tiveram como paraninfo o então Ministro Chefe da Casa Civil do Governo Costa e Silva, **Rondon Pacheco**, e como patrono, **Genésio de Melo Pereira**.

A **Foto 4a** mostra: no centro, o Prefeito de Uberlândia, Renato de Freitas e, na sequência, da direita para a esquerda, o Prof. Nilo Gonçalves Campos, Diretor da **FFEUnU**, Rondon Pacheco e Genésio de Melo Pereira; e, por último, os Deputados Estaduais Valdir Melgaço e Homero Santos. Da esquerda para a direita, na terceira cadeira, está o representante dos alunos, **Nuno Batalha Fonseca Pinto**, presidente do **DAGEMG** e, na sequência, o Prof. **Enio Vilela de Andrade**.

Ao final de 1969, quase todos os formandos foram a Brasília, onde prestaram concurso público para ingresso na Petrobrás. **Ib Botech de Aquino** foi aprovado, iniciando carreira na empresa estatal. Ele pode ser visto na **Foto 4b**, de juramento da turma, como o primeiro da primeira fila.



Foto 4a – Composição da Mesa Diretora na Cerimônia de Colação de Grau da 1ª Turma de Formandos da FFEUnU.



Foto 4b – Solenidade de Juramento dos 24 formandos em engenharia.

Anos 1970: uma década de transformações

Antes, um preâmbulo. Os anos 1960 marcaram o surgimento de sete instituições de ensino superior em Uberlândia: **Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e Faculdade de Direito** (1960), **Escola de Engenharia** (1961), **Faculdade de Ciências Econômicas** (1962), **Conservatório Musical** (1967), **Escola de Medicina e Cirurgia** (1968) e **Escola Superior de Educação Física**, esta criada em 1966 por lei estadual e autorizada a funcionar em 1971. O Decreto-Lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, determinou que o Conservatório Musical passasse a se denominar **Faculdade de Artes**.

Valendo-se do impulso inicial dos anos anteriores, os anos 1970 foram o período de consolidação progressiva dessas instituições educacionais, cada qual com suas especificidades geradoras de desafios sucessivos a serem vencidos, mas todas elas determinadas a se tornar definitivas no contexto nacional.

O que de certa forma as unia era a origem comum, firmada em dispositivos legais ratificados por presidentes da república, de Juscelino a Costa e Silva. Todas ostentavam em seu nascedouro um caráter de instituição pública, ainda que na prática tivessem, com exceção da Escola de Engenharia, que atuar como instituição privada, cobrando dos alunos pelos serviços prestados.

No correr do tempo, o anseio dos dirigentes de algumas dessas instituições foi se aprofundando no sentido de que todas elas viessem a constituir um corpo único e integrado, nada mais do que dotar a cidade e a região de uma universidade pública.

Tendo isto ocorrido, mais uma vez sob a chancela do governo federal, faltava a última conquista. Era preciso que essa universidade fosse federal. Os embates políticos seguiram-se intensos, até que, em 24 de maio de 1978, a **Universidade Federal de Uberlândia** tornou-se realidade.

Foge do escopo deste documento explanar essa história em todos os seus quadrantes, cabendo aqui somente descrever a trajetória dos cursos de engenharia mecânica e engenharia química, assim como os aspectos mais relevantes relacionados à estrutura administrativa em que estiveram inseridos em seus 50 anos de existência.

Tem-se a seguir uma súmula de acontecimentos no decorrer dos anos 1970, envolvendo os cursos de engenharia e os órgãos administrativos a eles associados.

- A Lei nº. 5.540, de 28/11/1968, empreendeu uma ampla reforma universitária, sendo uma das ênfases a adoção do regime semestral em sistema de créditos e matrícula por disciplina. Esta reforma refletiu intensamente na **FFEUnU** a partir de 1971, extinguindo o antigo sistema anual seriado;

- A Lei da Reforma Universitária, como ficou conhecida, fixava normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com o ensino médio;

- Em reunião de 19/03/1970, toma posse o 3º Chefe do DEM, o Prof. José Carlos da Silva. Estavam presentes os professores: Lázaro Moreira Braga, Perrin Smith Neto,

Ademar V. Carrijo, Romeu Fernandes de Oliveira, Reseck Andraus Gassani e Nilo Gonçalves Campos;

- Uma importante proposta aprovada nesta reunião foi a que determinava a elaboração de um **Plano Trienal de Desenvolvimento para o DEM**. Este plano trienal foi estendido sucessivamente até meados dos anos 90, quando o departamento já possuía um regimento interno que recomendava tal procedimento;

- O Conselho do **DEM**, em reunião de 29/10/1970, discutiu e aprovou anteprojeto do curso de engenharia mecânica nos novos moldes: regime semestral, matrícula por disciplina e sistema de créditos. O anteprojeto foi enviado ao Conselho Departamental da **FFEUnU** para aprovação;

- Foi implantada, em março de 1971, a nova estrutura curricular para os alunos ingressantes. As turmas anteriores permaneceram no regime anual, sendo que as duas últimas concluíram o curso no final de 1974;

- No início de 1971, mais professores foram contratados para o curso de engenharia mecânica: Reny Simão, Marcélon Catta Preta Netto, Ângelo Accetti Jr. e Luiz Fernando Pucci. Mesmo com essas contratações, o **DEM** ainda necessitava de mais professores, notadamente pelo aumento do número de alunos, novas turmas no regime semestral e as turmas do regime anual;

- Visando dar apoio a novas disciplinas, agora com um maior volume de alunos, o **DEM** inicia em 1971 a contratação de monitores, sendo os primeiros contratados os alunos do 4º ano: **Ronaldo José Belei** e **Valdemar S. Suguri**. Esta prática tornou-se rotineira e se estendeu pelos anos seguintes, por se mostrar bastante útil no processo de ensino-aprendizagem;

- Era preocupante, em 1970, a baixa adesão de candidatos mostrada no histórico dos exames vestibulares anteriores. Isto vinha implicando na realização de um segundo vestibular para que as vagas anunciadas em edital fossem preenchidas. Sem dúvida, era preciso divulgar os cursos de engenharia na região do Triângulo Mineiro e no seu entorno;

- Genésio de Melo Pereira assinou a **Portaria-02/70**, de 30/01/1970, nomeando os Coordenadores do Concurso de Habilitação para aquele ano. Um trabalho imediato e intenso de divulgação foi iniciado, tendo como alvo o vestibular do ano seguinte, 1971;

- No 2º semestre de 1970 ficou pronta uma revista de divulgação, de autoria do Prof. José Carlos da Silva, exaltando as qualidades da **FFEUnU** e a pujança da cidade de Uberlândia, que nesta época contava com cerca de 100. 000 habitantes. A revista foi patrocinada pela prefeitura municipal e por diversas empresas locais. Na primeira quinzena de novembro, seis professores viajaram pelas regiões do Triângulo Mineiro e por boa parte do estado de São Paulo, distribuindo a revista e dando palestras em colégios e cursinhos;

- Em 20/11/1970, Nilo Gonçalves Campos, diretor em exercício da **FFEUnU**, nomeia a Comissão Coordenadora do Vestibular de 1971, incluindo as quatro modalidades da engenharia: mecânica, química, elétrica e civil. Pela 1ª vez pôde-se contar com os serviços da recém-inaugurada Gráfica, que ocupou durante alguns anos um pequeno prédio, ainda existente, entre os prédios **M** e **O**, hoje usado como

almoxarifado da Oficina Mecânica e como espaço físico do Projeto **BAJA SAE (Anexo-11)**. Antes da instalação desta gráfica as provas vinham sendo impressas em gráficas da cidade, fora do horário comercial para garantir o sigilo das mesmas;

- O esforço de divulgação deu resultado, fazendo com que comparecessem ao exame vestibular de fevereiro de 1971 o “comemorado” número de 601 candidatos, dos quais 135 foram admitidos: 40 para os cursos de engenharia mecânica, 20 para engenharia química, 35 para engenharia elétrica e 40 para engenharia civil. O recém empossado diretor da **FFEUUnU**, Prof. José Peppe Jr., deu a seguinte explicação para o número de 35 alunos ao curso de engenharia elétrica:

Como a FFEUnU não tinha nenhuma estrutura laboratorial para atender as aulas práticas iniciais do curso de elétrica e nem a cidade dispunha sequer de uma estrutura provisória... optamos por 35 alunos, número de lugares no nosso ônibus (36 lugares) com o professor, para viajarem a Belo Horizonte para assistirem as aulas práticas na UFMG, cujo contato já havia sido feito.

- Em 1971, a **FFEUUnU** adquire seu primeiro computador, um **Olivetti- 101**. Era um equipamento modesto para a época, mas que resultou bastante útil para agilizar algumas soluções na área administrativa, principalmente, na confecção de mapas de notas nos exames vestibulares de 1972;

- 1971 marca o início dos cursos de engenharia elétrica e engenharia civil. As demandas de um país em desenvolvimento sinalizavam a necessidade de engenheiros de diferentes modalidades. Os principais articuladores desta iniciativa foram José Peppe Jr., Antonino Martins da Silva Jr., Marônio de Menezes e Reseck Andraus Gassani;

- No início dos anos 1970, era do conhecimento geral que o crescimento consistente da recém fundada **FFEUUnU** dependeria de dois fatores fundamentais: da expansão do seu corpo docente para atender as crescentes demandas locais no ensino, na pesquisa e na extensão, e de um imediato processo de capacitação dos professores, conforme preconizavam as agências governamentais, em especial a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**CAPES**);

- O Triângulo Mineiro no contexto nacional ainda não era capaz de atrair profissionais de nível superior com formação especializada para vir fazer carreira por aqui. A ideia, então, foi a de selecionar ex-alunos da própria instituição para compor parte do corpo docente, sem deixar, entretanto, de tentar contratações em outras partes do país;

- O governo federal, sabedor de que instituições públicas de ensino superior distantes dos centros mais desenvolvidos viviam essa dificuldade, criou a **Comissão Permanente de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva – COPERTIDE**. Este programa exigia do professor contratado a incorporação de uma ‘mentalidade acadêmica’, vazada na dedicação plena ao processo de ensino-aprendizagem para o curso de graduação, bem como a disposição de se dedicar à pesquisa científica e aos projetos de extensão voltados à comunidade;

- Em 1972, foi criada a Diretoria de Obras (**DIROB**), sob a direção do Prof. Marônio de Menezes. Esta diretoria deu um grande impulso na expansão das edificações do Campus Santa Mônica, incluído a urbanização, asfaltamento e sinalização do trânsito. Ressalta-se ainda a construção do Bloco B, que acolheu a

biblioteca e salas de aulas necessárias para acomodar o número crescente de novos alunos;

- Com os cursos de engenharia elétrica e engenharia civil em andamento, é formalizada a criação da Congregação da **FFEUnU**, em novembro de 1972, que contava com os seguintes nomes, entre os conselheiros: Genésio de Melo Pereira, José Peppe Jr., Antonino Martins da Silva Jr., José de Paulo Carvalho e José Eduardo Tannus, dentre outros;

- Os cursos de engenharia civil e engenharia elétrica foram aprovados em dezembro de 1972, conforme Parecer nº 25/72 do Conselho Universitário da Fundação Universidade de Uberlândia. Isto ocasionou a criação do **Departamento de Engenharia Elétrica**, fundado em março de 1973 e do **Departamento de Engenharia Civil**, fundado em 20 de dezembro de 1973. Assumiram a chefia desses departamentos, respectivamente, os professores Reseck Andraus Gassani e Marônio de Menezes;

- Para melhor atender aos propósitos da **CAPES**, a **FFEUnU** criou em 1972 o seu **Centro de Pesquisa**, tendo como 1º Diretor o Prof. Carlos Peppe, sucedido nos anos subsequentes pelos professores Francisco Paulo Léopore Neto, Perrin Smith Neto e Silvia de Castro Martins;

- Para melhor conduzir os cursos de graduação em engenharia e ainda cuidar da qualificação do corpo docente era preciso resolver algumas questões de ordem organizacional. Em reunião do **DEM** de 14/04/1972, o prof. José de Paulo Carvalho, chefe do **DEQ**, propôs um modelo de **Plano de Trabalho do Professor**, com o qual o seu desempenho seria avaliado rotineiramente. Este ajudaria também nas ações de controle e planejamento, conciliando as inúmeras tarefas a serem cumpridas com o pessoal disponível;

- Anteriormente a isso, já entrara em vigor a prática de se elaborar um **Plano de Ensino**, no qual o professor organizava, para todo o conteúdo disciplinar, as etapas do processo de ensino-aprendizagem da disciplina sob sua responsabilidade. Esses planos de ensino eram submetidos à chefia do departamento para análise e aprovação;

- Em vista da adoção do regime semestral a partir de 1971 e da consequente necessidade de um novo currículo para os cursos de engenharia, os professores Reny Simão e Humberto de Oliveira Campos obtiveram junto a instituições de ensino superior tradicionais do país informações valiosas. Dentre elas, que a tendência era conferir aos cursos uma linha de especialização, em oposição a um currículo de caráter generalista;

- Em reunião do **DEM** de 10/11/1972, com a participação de Antonino Martins da Silva Jr., José Eduardo Tannus Reis e José de Paulo Carvalho, foi definido um modelo de **Plano de Ensino** para as disciplinas do curso de engenharia mecânica em regime semestral, até o 10º período. Foi aprovada, também, ênfase em duas especializações, para as disciplinas do 9º e 10º períodos, a saber: engenharia de produção e engenharia de construção de máquinas;

- As dificuldades ainda repousavam na necessidade de mais professores. Ao final de 1972, são contratados os ex-alunos **Ricardo Eugênio da Silva Arantes**, com o título de mestrado e **João Alves Filho**, recém-formado;

- Em 1973 foram contratados **Francisco Paulo Lépore Neto**, com título de mestrado, **Antônio Décio Pereira** e **Ângelo Accetti Jr.**, vindo este último a assumir a chefia do DEM ao final do ano. Em 1974, foram contratados como monitores os alunos do regime seriado/ anual: **Jeová Domingos Borges** e **Hamilton Jorge Fuga Bertelli**. Foi contratado como professor o aluno recém-formado **Henrique da Cunha Botelho** e, posteriormente, **Aldo José Fernandes** e **Wilson Abud**;

- Em reunião do **DEM** de novembro de 1974, o Prof. Francisco Paulo Lépore Neto propõe a elaboração de um **Regimento Interno**. É importante ressaltar que alguns professores que lecionavam no curso de engenharia mecânica eram lotados no **Departamento de Estudos Físicos**, cuja função primordial era dar suporte às disciplinas do ciclo básico dos cursos de engenharia em andamento;

- Em abril de 1975 assume a chefia do **DEM** o Prof. Francisco Paulo Lépore Neto, que defende a elaboração do **Plano Orçamentário do DEM/FFEUnU**, prática administrativa necessária para atender criteriosamente às demandas internas, tais como a aquisição de livros, periódicos e equipamentos para laboratórios, além da contratação de técnicos de laboratório;

- Também neste período são aprovadas normas baseadas no modelo da **UnB** referente a um **Projeto de Graduação** que poderia substituir o estágio supervisionado como atividade curricular;

- O prof. José Carlos da Silva assume a **Coordenação do Plano Trienal de Desenvolvimento do DEM**, visando manter em pauta os grandes objetivos deste departamento, incluindo o **Plano de Capacitação de Docentes**. Ocorrem em 1975 os primeiros pedidos de afastamento de docentes para programa de doutorado, tendo sido aprovadas normas para o afastamento de professores;

- Em fevereiro de 1976, assume a chefia do **DEM** o Prof. Ricardo Eugênio da Silva Arantes, dando continuidade à avaliação dos docentes através dos Planos de Pesquisa e Planos de Trabalho;

- Em 1976 são contratados o Prof. **Valder Steffen Jr.** em programa de Doutorado na França e o Prof. **Orosimbo Andrade de Almeida Rego**;

Em 1977 é contratado, em programa de doutorado nos USA, o Prof. **Henner Alberto Gomide**;

- Alunos são selecionados como monitores e posteriormente contratados como professores. São eles: Edisonei Pereira Parreira, José Caldeirani Filho e João Cícero da Silva;

- Em dezembro de 1977 assume a chefia do **DEM** o Prof. José Carlos da Silva, mantendo em ação o Plano Trienal de Desenvolvimento;

- Mais professores são contratados, com predominância de ex-alunos, sendo eles: Rogério Pimentel da Silva Arantes, Antônio Pedro Clapis, John Simão, Valter Luiz Alves, Renan Billa, Carlos Alberto de Melo, Antônio Fernando de Moura Santos e José Daniel Biasoli de Mello. Com estas contratações, estabiliza-se o quadro de professores do **DEM**, permitindo a execução do Plano de Capacitações de Docentes;

- Com o estreitamento dos contatos com a **CAPES**, através do Programa Institucional de Capacitação de Docentes (**PICD**), tem início o processo de capacitação

dos docentes ainda não titulados. Com cerca de 20 professores, na sua maioria em tempo integral e dedicação exclusiva, foi possível liberar de dois a três professores por vez, para cursos de pós-graduação. Esta prática se estendeu pelos anos seguintes, permitindo que ao final dos anos noventa a maioria dos docentes tivesse o título de doutor;

- Devido ao grande número de alunos que se acumulava no ciclo básico, foi criado o **Curso de Verão** para atender alunos repetentes. Esta prática durou até 1982;



Foto 4 – Estrutura física do Campus Santa Mônica, período 1973 – 1974.

- Em janeiro de 1975, assume a direção da **FFEUnU**, para um mandato de quatro anos, o prof. Antonino Martins da Silva Jr. Era presidente da República o Gen. Ernesto Geisel;

- Em dezembro de 1975 ocorre a formatura das primeiras turmas dos novos cursos: engenharia civil com 35 formandos e engenharia elétrica com 27 formandos, tendo como paraninfos, respectivamente, os professores Marônio de Menezes e Reseck Andraus Gassani. O patrono das duas turmas foi o então Ministro da Educação Ney Braga. Neste mesmo ano, formou-se a primeira turma de engenheiros mecânicos do regime semestral;

- Em 1976, é instalado no Campus Santa Mônica o primeiro computador de grande porte, um **IBM-1130**. Os cursos de engenharias ingressavam na era da informática. Pouco tempo depois passaram a funcionar três desses computadores, atendendo toda a **UnU**;

- A Reforma Universitária contou com a participação fundamental de Newton Sucupira, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro (**UFRJ**), reverenciado como o pai da pós-graduação no país. Newton Sucupira foi relator do documento conhecido como Marco Legal da pós-graduação, o Parecer nº 977-CES, de

03/12/1965. Por conta disso, importantes mudanças aconteceram nas universidades brasileiras. Além da formalização do doutorado em substituição da livre docência, as indicações dos reitores para as **IES** passam a ser feitas, partir de setembro de 1976, pelo Presidente da República, através de lista sextupla a ele encaminhada;

- Encerrado o mandato do Prof. Juarez Altafin, em novembro de 1975, toma posse como Reitor *Pro Tempore* da **UnU** o Prof. José de Paulo Carvalho, tendo este permanecido no cargo até novembro de 1976;

- Obedecendo a novo dispositivo legal, foi constituída e encaminhada a Brasília, para ser submetida ao Presidente da Republica, Gen. Ernesto Geisel, uma lista sextupla de aspirantes ao cargo de Reitor da **UnU**. Foi escolhido o Prof. **Gladstone Rodrigues da Cunha Filho** para um mandato de 4 anos, de novembro de 1976 a novembro de 1980, tendo como Vice-Reitor o Prof. Antonino Martins da Silva Jr.;

- Para um mandato coincidente com o do Reitor da **UnU**, assume como Diretor da **FFEUnU** o Prof. José de Paulo Carvalho;

- A **UnU** ganha reconhecimento e importância na sociedade de Uberlândia por acolher e formar jovens de diferentes partes do Brasil e por iniciar atendimento à comunidade, oferecendo cursos de formação e aprimoramento profissional de nível médio;

- Cursos de mestre de obras são oferecidos pelo Departamento de Engenharia Civil (1977/1978) e cursos de supervisor de segurança do trabalho (1978/1979) são organizados e oferecidos pela **FFEUnU**, com intensa participação do **DEM**;

- A **FFEUnU**, em meados dos anos 1970, contava com uma estrutura física composta de 10 blocos, com uma área de 11.000 m². As atividades em cada um dos blocos eram distribuídas conforme mostra o **Anexo-12**;

- O crescimento da instituição se deu também no número de alunos, de pessoal docente e técnico-administrativo, sendo o seu orçamento integralmente mantido pela União;

- No período de 1975/1976, a **FFEUnU** oferece cerca de 220 vagas para os quatro cursos de engenharia, mais 10 vagas para estudantes estrangeiros, garantidas por convênios específicos;

- Nesta época, o corpo docente da **FFEUnU** contava com 74 professores, dos quais, 27 em tempo integral. Quinze professores tinham títulos de especialização e 12 haviam concluído pós-graduação em nível de mestrado. O corpo técnico-administrativo era composto por 102 funcionários. O Centro de Pesquisa, criado em setembro de 1970, contava com 18 professores e com vários projetos de pesquisas em andamento. A faculdade possuía 4 veículos, 3 deles para atender serviços rotineiros e viagens administrativas e um ônibus com 36 lugares destinado a viagem de alunos para visitas técnicas a indústrias;

- No início de 1975, a **FFEUnU**, sob o comando do prof. Antonino Martins da Silva Jr., inicia um movimento buscando a federalização da **UnU**. Esta postura da **FFEUnU** deu origem a reações contrárias, principalmente por parte dos alunos dos cursos de engenharia, os quais temiam que ao invés de federalizar as faculdades particulares já existentes, as engenharias poderiam ser ‘desfederalizadas’;

- O prof. Antonino, sobre quem recaíram as manifestações estudantis mais intensas, se manteve firme em seu propósito, pois entendia que a federalização da universidade era uma questão de tempo. E, interpretando as palavras de Rondon Pacheco, afirmava que a Universidade de Uberlândia fora criada em 14/08/1969, pelo Decreto Lei 762, com o status de universidade federal, tendo sido indicado Reitor, Genésio de Melo Pereira, pelo governo federal. No decorrer dos fatos ficou comprovado que era mesmo uma questão de tempo.

- A federalização da **UnU** impôs uma reforma estatutária que extinguiu as faculdades isoladas, integrando-as a uma nova estrutura definida em três Centros: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes (**CEHAR**), Centro de Ciências Biomédicas (**CEBIM**) e Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (**CETEC**);

Universidade Federal de Uberlândia

O movimento articulado de políticos, intelectuais e empresários de Uberlândia, nos tempos do governo JK, visando dotar esta cidade interiorana de instituições formadoras dos profissionais de que necessitava para o seu desenvolvimento, apresentou resultados iniciais tão alvissareiros que serviram de estímulo para que novas empreitadas fossem decididas, resultando no que é hoje (2014) a **UFU** no contexto regional e nacional. Cidadãos inspirados plantaram as sementes de suas convicções no momento certo e no lugar certo, criando uma simbiose perfeita, na qual o complexo urbano e o educacional de nível superior vão se alimentando mutuamente em benefício da coletividade.

O crescimento de uma ideia fundamental, desde os idos de 1957, aconteceu de forma extraordinária e incessante, desafiando crises políticas e dificuldades inerentes aos processos grandiosos como este, até resultar, em 24/05/1978, na **Universidade Federal de Uberlândia**, por ato do Presidente Ernesto Geisel, ao sancionar a **Lei nº 6.532 (Anexo-13)**. O **Anexo-14** apresenta relato minucioso do processo que culminou com a federalização da **UnU**.

Inicialmente, a **UFU** se organizou sob a ordem de um novo Estatuto, com a extinção de todas as faculdades que compunham a antiga **UnU**, e mais: definiu suas áreas acadêmicas em três Centros: **CETEC**, **CEBIM** e **CEHAR**, organizou suas Pró Reitorias, órgãos de assessoria, os Conselhos Superiores, os Departamentos e ainda criou as Coordenações de Cursos.

O Prof. José de Paulo Carvalho, Diretor da extinta **FFEUnU**, tornou-se o primeiro Diretor do **CETEC**, onde o **DEM**, o **DEQ** e os respectivos cursos de engenharia foram inseridos a partir de então.

Em 1995, iniciou-se na **UFU** um processo de discussão da organização e funcionamento de sua estrutura acadêmica e administrativa. Em dezembro de 1998, foi aprovado o novo Estatuto, que extinguiu os três Centros e criou as Unidades

Acadêmicas, denominadas Faculdades ou Institutos. Desde então, os cursos de engenharia mecânica e engenharia química da **UFU** estão, respectivamente, sob a responsabilidade da Faculdade de Engenharia Mecânica (**FEMEC**) e da Faculdade de Engenharia Química (**FEQ**).

Considerações Finais

A **Faculdade de Engenharia Mecânica** e a **Faculdade de Engenharia Química**, integradas à **Universidade Federal de Uberlândia**, despontam com destaque no cenário nacional, no desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. As turmas pioneiras, aquelas que vivenciaram o início da então **Escola de Engenharia de Uberlândia**, deram a sua incontestável contribuição. Foram elas participantes na construção dos alicerces para a grandiosa edificação hoje existente.

Nos anos 1980, a **UFU** passou a ser uma referência regional em excelência educacional. A aprovação do novo Estatuto, em 1998, e do Regimento Geral, no ano seguinte, alterou a dinâmica de funcionamento institucional, especialmente pela criação de Unidades Acadêmicas, as Faculdades e os Institutos.

No início de 2013 são 32 unidades acadêmicas com 68 cursos de graduação, 37 programas de pós-graduação que oferecem 33 cursos de mestrado acadêmico, 4 cursos de mestrado profissional e 19 cursos de doutorado, atuando em diversos campi, distribuídos nas cidades de Uberlândia, Ituiutaba, Patos de Minas e Monte Carmelo.

Orgulhosamente, parabenizamos os alunos, professores e funcionários que ajudaram a construir esta pujante história.

Parabenizamos de forma especial os alunos das turmas seriadas dos anos de 1969, 1970, 1971, 1972, 1973 e 1974 de engenharia mecânica e engenharia química (**Anexo-15**), reunidos em evento comemorativo para celebrar os 50 anos completados de uma experiência formadora que, certamente, engrandeceu os destinos de suas vidas.

Vá ao **Anexo-16** e faça uma viagem ao passado, revendo uma sequência de fotos que tem tudo a ver com você.

Uberlândia MG 15/08/2014

Anexo-1

Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961

Cria as Escolas Agrícolas de Bambuí e Cuiabá, nos Estados de Minas Gerais e Mato Grosso, e uma Escola de Engenharia em Uberlândia, Minas Gerais.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. São criadas, no Ministério da Agricultura, subordinadas à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário, para ministrar os cursos previstos no Decreto-lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946 (Lei Orgânica do Ensino Agrícola), a Escola Agrícola de Bambuí, no Município de Bambuí, Estado de Minas Gerais, e a Escola Agrícola de Cuiabá, Estado de Mato Grosso, nos terrenos do Fomento Agrícola, naquela cidade, utilizando-se das instalações e benfeitorias existentes, e a Escola Agrotécnica de Santa Maria/RS.

Art. 2º. A Escola Agrícola de Bambuí será instalada no Posto Agropecuário, utilizando-se para isso as terras e benfeitorias que se fizerem necessárias.

Art. 3º. Para atender às despesas iniciais com a execução do disposto na presente Lei, é o Poder Executivo autorizado a abrir, no exercício vigente, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de Cr\$ 24.000.000,00 (vinte e quatro milhões de cruzeiros). Nos exercícios posteriores, a Lei orçamentária consignará iguais dotações para esses estabelecimentos nas verbas destinadas à instalação e à manutenção das escolas de que trata a Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Art. 4º. É também criada uma Escola de Engenharia, com sede em Uberlândia, Estado de Minas Gerais. Dentro de 120 (cento e vinte) dias a partir da publicação desta Lei, o Poder Executivo tomará as providências legais para a sua instalação.

Art. 5º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 24 de janeiro de 1961; 140º da Independência e 73º da República.

JUSCELINO KUBITSCHEK

Anexo-2

Lei nº 4.170, de 5 de Dezembro de 1962

Dispõe sobre funcionamento de novos cursos na Escola de Engenharia de Uberlândia e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Escola de Engenharia, com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais integrante da Diretoria do Ensino Superior - Ministério da Educação e Cultura, a que se refere o art. 4º da Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961, manterá os cursos de engenharia industrial, modalidade química e mecânica e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI).

Art. 2º Para execução do disposto no artigo anterior, são criados, no Quadro Permanente do Ministério da Educação e Cultura, Diretoria de Ensino Superior, 10 (dez) cargos de professor catedrático (EE-DESu) (VETADO).

Art. 3º O Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial objetivará essencialmente pesquisas científicas e atenderá, em cooperação e assistência as necessidades das indústrias regionais.

Art. 4º A Escola de Engenharia e o Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial serão instalados em prédios e terrenos a serem doados a União, mediante escritura pública.

Art. 5º Para atender às despesas decorrentes desta Lei, fica o Poder Executivo autorizado a abrir o crédito especial de Cr\$ 60.204.000,00 (sessenta milhões duzentos e quatro mil cruzeiros), sendo, Cr\$ 7.476.000,00 (sete milhões quatrocentos e setenta e seis mil cruzeiros) para Pessoal Permanente Cr\$ 24.228.000,00 (vinte e quatro milhões e duzentos e vinte e oito mil cruzeiros), para Pessoal do Quadro Extraordinário; Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros) para material; Cr\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de cruzeiros) para despesas de adaptação do prédio; Cr\$ 2.000.000,00 (dois milhões de cruzeiros) para despesas de manutenção do IPOI; e Cr\$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil cruzeiros), para despesas de instalação.

Art. 6º Os cargos criados pelo artigo 2º serão providos a medida do desenvolvimento dos cursos e em caráter interino, até a realização do concurso de títulos e de provas.

Parágrafo único. O concurso de títulos e de provas, a que se refere este artigo, será realizado em estabelecimento congênere federal, designado em cada caso pela Diretoria de Ensino Superior, a esta cabendo a publicação dos editais, dentro de cinco anos do primeiro provimento interno, e até que a Congregação disponha de quorum legal para realização deste ato.

Art. 7º Dentro de sessenta dias da instalação, a Escola encaminhará ao Ministério da Educação e Cultura o projeto de seu Regimento a ser aprovado pelo Poder Executivo.

Art. 8º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 5 de dezembro de 1962; 141º da Independência e 74º da República.

JOÃO GOULART; Hermes Lima; Miguel Calmon; Darcy Ribeiro

Anexo-3

Decreto nº 53.519, de 31 de Janeiro de 1964

Autoriza o Serviço do Patrimônio da União a aceitar a doação de terreno mencionado.

O PRESIDENTE DA REPUBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, número I, da Constituição, e de acôrdo com os artigos 1.165 e 1.180 do Código Civil, e o que a respeito dispõe a Lei nº 4.170, de 5.12, de 1962 (arts. 1º e 4º),

DECRETA:

Art. 1º Fica o Serviço do Patrimônio da União autorizado a aceitar a doação que a Inspetoria "São João Bosco", da Congregação Salesiana, quer fazer a União Federal do terreno com a área de 105.500m² (cento e cinco mil e quinhentos metros quadrados) e do edifício existente no mesmo, situados na antigo Fazenda Campo Alegre, lugar denominado Chácara Bela Vista, no setor Sul-leste da Cidade de Uberlândia, no futuro Bairro "Santa Maria", do roteamento planejado pela Imobiliária Segismundo Pereira & Filhos, no Estado de Minas Gerais, tudo de acôrdo com os elementos constantes do processo protocolado no Ministério da Fazenda sob o número 239.519, de 1963.

Art. 2º Destina-se o imóvel a que se refere o artigo anterior a instalação da Escola de Engenharia de Uberlândia, e do Instituto de Pesquisas e Orientação Industrial (IPOI)

Brasília, em 31 de janeiro de 1964; 143º da Independência e 76º da República.

JOÃO GOULART; Ney Galvão.

Anexo-4

Disciplinas e Professores da 1ª Turma do Curso de Engenharia Mecânica

Ano 1 (1965)

DISCIPLINA

PROFESSOR

--

Ano 1 (1965)

Calculo Diferencial Integral e Vetorial I

José Peppe Jr

Química Inorgânica I

Layrton Borges de Miranda

Física Geral I

Celso Correia dos Santos

Geometria Analítica

Ênio Villela de Andrade

Geometria Descritiva

Alvimar Matos

Desenho Técnico I

Galba Gouveia Porto

Ano 2 (1966)

Cálculo Numérico

Luiz Arthur Meinberg dos Santos

Calculo Diferencial Integral e Vetorial II

José Pepe Jr

Física Geral II

Ildes Vieira de Moura

Mecânica Geral

Marônio de Menezes

Estatística

Renato Campelo

Desenho Técnico II

Galba Gouveia Porto

Ano 3 (1967)

Mecânica dos Fluidos
Resistência dos Materiais I
Termodinâmica e Transferência de Calor
Metalografia-Materiais de Construção Mecânica
Elementos de Construção de Máquinas I
Tecnologia Mecânica – Máquinas Ferramentas e Oficina I

Ramise Mamere
Vicente Marino Jr.
Rezeck Andraus Gassani
Antonino Martins da Silva Jr.
Romeu Fernandes de Oliveira
Marcel Villeine

Ano 4 (1968)

Eletrotécnica Geral
Máquinas Hidráulicas
Máquinas Térmicas I
Resistência dos Materiais II
Tecnologia Mecânica – Máquinas Ferramentas e Oficina II
Elementos de Construção de Máquinas II

Rezeck Andraus Gassani
Ramise Mamere
Nilo Gonçalves Campos
Vicente Marino Jr.
Nelson Divino Fonseca
Romeu Fernandes de Oliveira

Ano 5 (1969)

Direito e Legislação
Higiene Industrial
Projeto de Máquinas
Máquinas Térmicas II
Organização Industrial
Economia

Juarez Altafin
Marônio de Menezes
Antônio Mário Guimarães
Nilo Gonçalves Campos
Fernando Terra
Renato Campelo

Disciplinas e Professores da 3ª Turma do Curso de Engenharia Química**Ano 1 (1967)**

Calculo Diferencial Integral e Vetorial I
Química Inorgânica I
Física Geral I
Geometria Analítica
Geometria Descritiva
Desenho Técnico I

José Peppe Jr
Layrton Borges Miranda Vieira
Reseck Andraus Gassani
Enio Villela de Andrade
Alvimar Alves
Helvio Felice

Ano 2 (1968)

Calculo Diferencial Integral e Vetorial II
Cálculo Numérico
Física Geral II
Mecânica Geral
Química Analítica Qualitativa
Físico-Química I

José Peppe Jr
Luiz Arthur Meinberg dos Santos
Reseck Andraus Gassani
Arnaldo Vilela
George Calapodopolus
Luiz Próspero Neto

Ano 3 (1969)

Mecânica dos Fluidos
Resistência dos Materiais I
Termodinâmica e Transferência de Calor
Cristalografia-Mineralogia-Petrografia
Química Analítica Quantitativa
Físico-Química II

Ramise Mamere
Vicente Marino Jr.
Rezeck Andraus Gassani
Carlos Peppe
George Calapodopolus
Luiz Próspero Neto
Marina Soares Fornasaro

Ano 4 (1970)

Eletrotécnica Geral
Máquinas Térmicas I
Operações Unitárias I
Processos Unitários da Indústria Química
Matérias Primas para a Indústria Química
Química Orgânica II

Ildes Vilela de Moura
Nilo Gonçalves Campos
Gildázio Castelo de Almeida
Eloy Fornasaro
Luiz Próspero Neto
Marina Soares Fornasaro

Ano 5 (1971)

Direito e Legislação
Estatística Econômica
Operações Unitárias II
Química Industrial
Organização Industrial
Higiene Industrial
Estudo de Problemas Brasileiros

Juarez Altafin
Renato Campelo
Gildasio Castello de Almeida
Eloy Fornasaro
Luiz Fernando Pucci
Marônio de Menezes
Juarez Altafin

Anexo-5

Presidentes do DAGEMP de 1965 a 1974

Roberto Vieira (1965/1966)
 Reny Simão (1966/1967)
 Agostinho dos Reis Lemos/Cantídio Bretas Maganinni (1967/1968)
 Antônio Carlos Meira (1968/1969)
 Nuno Batalha Fonseca Pinto (1969/1970)
 Antônio Carlos Meira (1970/1971)
 José Américo Páscoli (1971/1972)
 Antônio Erdes Bartoletti (1972/1973)
 Antônio Abrão Marques (1973/1974)

Anexo-6

Decreto-Lei nº 379, de 23 de dezembro de 1968

Altera a denominação de estabelecimento de ensino superior, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o parágrafo 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968,

DECRETA:

Art. 1º A Escola de Engenharia de Uberlândia passa a denominar-se Faculdade de Engenharia de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Art. 2º Além dos cursos previstos na Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962, o estabelecimento de ensino, a que se refere o artigo anterior, manterá, ainda, os de ensino e pesquisa, nos ramos de engenharia elétrica, eletrônica, telecomunicações e física nuclear.

Art. 3º Os novos cursos autorizados neste Decreto-lei serão instalados de acordo com as possibilidades do estabelecimento de ensino, com aproveitamento dos recursos orçamentários que lhe forem destinados.

Art. 4º Este Decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 23 de dezembro de 1968; 147º da Independência e 80º da República.

A. COSTA E SILVA; Tarso Dutra

Anexo-7

Docentes do Curso de Engenharia Mecânica (ano de contratação) até 1979

- Nelson Divino Fonseca (1967)	- Antônio Décio Pereira (1973)
- Rezeck Andraus Gassani (1967)	- Wilson Abud (1973)
- Nilo Gonçalves Campos (1968)	- Henrique da Cunha Botelho (1973)
- Romeu Fernandes de Oliveira (1968)	- Orosimbo Andrade de Almeida Rego (1976)
- Antônio Mário Machado Guimarães (1969)	- Valder Steffen Jr. (1976)
- José Carlos da Silva (1969)	- Antônio Pedro Clapis (1977)
- Lázaro Moreira Braga (1970)	- John Simão (1977)
- Humberto de Oliveira Campos (1970)	- Rogério Pimentel da Silva Arantes (1977)
- Perrin Smith Neto (1970)	- Henner Alberto Gomide (1977)
- Claudionor Cruz (1971)	- Antônio Fernando de Moura Santos (1977)
- Reny Simão (1971)	
- Marcelón Catta Preta Netto (1971)	- Renan Billa (1977)
- Luiz Fernando Pucci (1971)	- Valter Luiz Alves (1977)
- Aldo José Fernandes (1971)	- Carlos Alberto de Melo (1977)
- Ricardo Eugênio da Silva Arantes (1972)	- Edisonei Pereira Parreira (1978)
- João Alves Filho (1972)	- José Caldeirani Filho (1978)
- Francisco Paulo Léopore Neto (1973)	- João Cícero da Silva (1979)
- Ângelo Accetti Jr. (1973)	

Anexo-8

Chefes/Vice-Chefes do Departamento de Engenharia Mecânica de 1969 a 1980

- Nelson Divino da Fonseca	07/02/1969 - 28/10/1969
- Antônio Mario Machado Guimarães	29/10/1969 - 31/01/1970
- José Carlos da Silva	01/02/1970 - 17/09/1970
- Nilo Gonçalves Campos	18/09/1970 - 07/02/1972
- José Carlos da Silva (Vice-Chefe)	18/09/1970 - 07/02/1972
- José Carlos da Silva	08/02/1972 - 30/12/1973
- Ângelo Accetti Jr.	31/12/1973 - 25/04/1975
- Francisco Paulo Lépore Neto	26/04/1975 - 25/04/1976
- Ricardo Eugênio da Silva Arantes	26/04/1976 - 28/02/1978
- José Carlos da Silva	01/03/1978 - 31/05/1980

Anexo-9

Decreto-Lei nº 762, de 14 de agosto de 1969

Autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia e dá outras providências.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o § 1º do artigo 2º do Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968;

CONSIDERANDO que a Reforma Universitária apenas a título precário e transitório admite a presença da escola isolada no sistema do ensino superior do País;

CONSIDERANDO a conveniência de alcançar uma aplicação mais econômica e rentável dos investimentos destinados à formação de recursos humanos necessários ao desenvolvimento; e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 10, e seu Parágrafo único, da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, e no artigo 3º do Decreto-lei nº 464, de 11 de fevereiro de 1969;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizado o funcionamento da Universidade de Uberlândia, com sede na cidade do mesmo nome, Estado de Minas Gerais.

§ 1º A Universidade de que trata este artigo será uma fundação de direito privado com autonomia didática, científica, administrativa, financeira e disciplinar, nos termos da legislação federal e dos seus estatutos.

§ 2º O Presidente da República designará o representante da União nos atos constitutivos da fundação.

Art. 2º São fins da Universidade de Uberlândia a realização e o desenvolvimento da educação de nível superior, a pesquisa e o estudo em todos os ramos do saber, e a divulgação científica, técnica e cultural.

Art. 3º Integrarão a Universidade de Uberlândia, inicialmente, as seguintes unidades:

I - Faculdade Federal de Engenharia (Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961; Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962; e Decreto-lei nº 379, de 23 de dezembro de 1968);

II - Faculdade de Direito de Uberlândia (Decreto número 47.732, de 2 de fevereiro de 1960, e 52.831, de 14 de novembro de 1963);

III - Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (Decretos nºs 1.842, de 5 de dezembro de 1962;

59.447, de 3 de novembro de 1966; e 58.656, de 16 de junho de 1966);

IV - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (Decretos nºs 47.736, de 2 de fevereiro de 1960, e 53.477, de 23 de janeiro de 1964);

V - Conservatório Musical de Uberlândia (Decreto nº 61.479, de 5 de outubro de 1967).

§ 1º Os estabelecimentos de ensino de que trata este artigo passam a denominar-se, respectivamente, Faculdade Federal de Engenharia, Faculdade de Direito, Faculdade de Ciências Econômicas, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, e Faculdade de Artes.

§ 2º A Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia, deverá integrar a Universidade de Uberlândia, assim que venha a ser legalmente reconhecida (Decreto nº 62.261, de 14 de fevereiro de 1968).

§ 3º Por deliberação do Conselho Universitário a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, respeitado o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

Art. 4º O patrimônio da Universidade de Uberlândia será constituído:

I - do patrimônio das instituições, com os de suas entidades mantenedoras, que a ela se incorporem;

II - dos bens e direitos que vier a adquirir;

III - das doações que receber;

IV - de outras incorporações que resultarem dos trabalhos realizados pela Universidade.

Art. 5º São recursos financeiros da Universidade de Uberlândia:

I - as dotações orçamentárias anualmente consignadas no Orçamento da União, para a Faculdade Federal de Engenharia, e outras;

II - as ajudas financeiras de qualquer origem;

III - as contribuições financeiras oriundas de convênio, acôrdo ou contrato;

IV - os saldos de exercícios financeiros encerrados.

Art. 6º São transferidos à Universidade de Uberlândia os serviços, servidores e verbas pertencentes ou destinados às instituições de ensino que lhe são incorporadas, mantidos os direitos e vantagens dos atuais professôres, auxiliares de ensino e servidores da Faculdade Federal de Engenharia, que continuarão regidos, para êsse fim, pela legislação federal em vigor.

Art. 7º Dentro de 60 (sessenta) e 120 (cento e vinte) dias, respectivamente, a contar da publicação dêste Decreto-lei serão elaborado os estatutos da fundação, para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas e os estatutos da Universidade, para aprovação do Conselho Federal de Educação, na forma da lei.

Art. 8º Enquanto não estiverem definitivamente constituídos os órgãos da Universidade, responderá pela Reitoria o atual Diretor da Faculdade Federal de Engenharia.

Art. 9º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 14 de agôsto de 1969; 148º da Independência e 81º da República.

A. COSTA E SILVA

Tarso Dutra

Anexo-10

Reitores da UnU/UFU de 1969 a 1980

- Genésio de Melo Pereira (UnU)	08/1969 - 11/1970
- Domingos Pimental Ulhôa (UnU)	11/1970 - 11/1971
- Juarez Altafin (UnU)	11/1971 - 12/1975
- José de Paulo Carvalho (UnU)	12/1975 - 05/1976
- Gladstone R. da Cunha Filho (UnU/UFU)	05/1976 - 05/1980

Anexo-11

Projeto BASA SAE

Univ. da Carolina do Sul/USA. Desafio aos estudantes de engenharia: aplicar na prática conhecimentos adquiridos em sala de aula, compreendendo concepção, projeto detalhado e construção de um protótipo.

Anexo-12

Ocupação do espaço físico em 1975

- **Prédio "1Q" (1º Prédio)** - Depto. de Eng. Química, Setor de Finanças da Universidade, Controladoria, Seção de Patrimônio e Almoxarifado;

- **Prédio “Q” Eng. Química** – Salas de Aulas, Lab. de Química Geral, Lab. de Química Analítica, Lab. de Química Orgânica, Lab. de Físico-Química e Lab. de Mineralogia;
- **Prédio “O” Oficina Mecânica** – Sala de Aula, Lab. de Tecnologia Mecânica (Máquinas e Ferramentas, Usinagem e Soldagem), Oficina Mecânica (Manutenção), Lab. de Testes de Materiais;
- **Prédio “M” Eng. Mecânica** – Depto. de Engenharia Mecânica, Salas de Aulas, Lab. de Máquinas Térmicas, Lab. de Vibrações, Lab. de Elementos de Máquinas, Lab. de Máquinas Hidráulicas;
- **Prédio “R” Metalografia**– Lab. de Testes de Materiais (dureza, impacto, fadiga), Lab. de Metalografia;
- **Prédio “E” Eng. Elétrica** – Depto. de Engenharia Elétrica, Salas de Aulas, Lab. de Conversão, Lab. de Eletrotécnica e Lab. de Medidas Elétricas;
- **Prédio “C” Eng. Civil** – Depto. de Eng. Civil, Lab. de Solos (Umidade, Densidade, Granulometria e Permeabilidade), Lab. de Concreto e Lab. de Hidráulica;
- **Prédio “B” Administração da UnU** – Coordenação das Disciplinas do Ciclo Básico, Salas de Aulas do Ciclo Básico, Sala de Recursos Áudio Visuais, Lab. de Física, Lab. de Matemática, Diretoria da FFEUnU, Tesouraria da UnU, Setor de Compras, PBX/UnU, Biblioteca da Área Tecnológica (8500 livros e 900 exemplares de periódicos) e Xerox;
- **Prédio da Gráfica** – Equipamentos completos para impressão de Provas de Vestibular, serviços de publicações internas da FFEUnU e de outras unidades;
- **Prédio da Carpintaria** – Acolheu anos depois a serralheria, prestando serviços para toda a UnU.

Anexo-13

Lei nº 6.532, de 24 de maio de 1978 (Universidade Federal de Uberlândia)

Acrescenta e altera dispositivos no Decreto-Lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, que "autoriza o funcionamento da Universidade de Uberlândia", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA,

Faço saber que o CONGRESSO NACIONAL decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Universidade de Uberlândia, autorizada a funcionar pelo Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, passa a denominar-se Universidade Federal de Uberlândia, com sede na Cidade de Uberlândia, Estado de Minas Gerais.

Parágrafo único. A Universidade é uma fundação, com personalidade jurídica de direito privado e gozará de autonomia nos termos da legislação federal e de seu estatuto.

Art. 2º Além das modificações introduzidas no art. 1º e seu § 1º, os dispositivos do Decreto-lei nº 762, de 14 de agosto de 1969, adiante indicados, passam a vigorar com a seguinte redação:

Art. 3º Integrarão a Universidade Federal de Uberlândia, inicialmente, as seguintes unidades:
I - Faculdade Federal de Engenharia (Lei nº 3.864-A, de 24 de janeiro de 1961; Lei nº 4.170, de 5 de dezembro de 1962; e Decreto-lei nº 379, de 23 de dezembro de 1968);

II - Faculdade de Direito de Uberlândia (Decretos nºs 47.732, de 2 de fevereiro de 1960; e 52.831, de 14 de novembro de 1963);

III - Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia (Decretos nºs 1.842, de 5 de dezembro de 1962; 59.447, de 3 de novembro de 1966; e 58.656, de 16 de junho de 1966);

IV - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia (Decretos nºs 47.736, de 2 de fevereiro de 1960; e 53.447, de 23 de janeiro de 1964);

V - Conservatório Musical de Uberlândia (Decreto nº 61.479, de 5 de outubro de 1967).

§ 1º As unidades de que trata este artigo e seus §§ 2º e 3º, com vistas à estruturação da Universidade nos moldes preconizados pela legislação do ensino, poderão ser objeto de fusão, desdobramento, transformação e extinção, conforme se dispuser no estatuto e no decreto que o aprovar.

§ 2º A Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia deverá integrar a Universidade Federal de Uberlândia, assim que venha a ser legalmente reconhecida (Decreto nº 62.261, de 14 de fevereiro de 1968).

§ 3º Por deliberação do Conselho Universitário, a Universidade poderá promover a criação de novas unidades, respeitado o disposto na Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968.

... ..

Art. 5º O Reitor e o Vice-Reitor da Universidade Federal de Uberlândia, obedecidas as disposições do art. 16 e parágrafos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, serão nomeados pelo Presidente da República.

... ..

Art. 9º Os atuais estatutos da Fundação e da Universidade aglutinar-se-ão a fim de se adaptarem, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, às disposições desta Lei e das normas do ensino em vigor.

... ..

ERNESTO GEISEL

Ney Braga; João Paulo dos Reis Velloso

Anexo-14

Relato minucioso do processo de federalização da UnU

O Decreto Lei 762 de 14/08/69 (Anexo-9), autorizou o funcionamento da UnU, estabelecendo que ela deveria constituir-se como fundação de direito privado e dando, respectivamente 60 e 120 dias de prazo para a elaboração do Estatuto da Fundação para aprovação do Presidente da República e inscrição no Cartório de Pessoas Jurídicas (este aprovado em 6/9/69), e do Estatuto da Universidade para aprovação no Conselho Federal de Educação (aprovado em 24/11/69). A UnU, composta inicialmente de 5 unidades como sendo a Faculdade Federal de Engenharia, Faculdade de Direito de Uberlândia, Faculdade de Ciências Econômicas de Uberlândia, Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Uberlândia e Conservatório Musical de Uberlândia e interiormente, também, a Escola de Medicina e Cirurgia de Uberlândia assim que fosse legalmente reconhecida.

Cada uma destas unidades, por força do estatuto da UnU, já aprovado, tinha que submeter seus Regimentos Internos à aprovação do CONSUN. A FFEUnU apresentou seu regimento para aprovação No CONSUN em outubro de 1971, tendo como relatora, na reunião do Conselho da UnU de 26/10/71, Ilar Garotti. Assim, estava na pauta da reunião do Conselho Universitário de 09/12/71 a apreciação dos Regimentos da FFEUnU e da Faculdade de Artes.

Propôs o Presidente que fossem convertidos em diligência após o que serão submetidos a este Conselho. De fato, o Regimento da FFEUnU, como unidade diretamente ligada ao Governo Federal, requeria estudos particulares para ser acolhido regimentalmente como parte de uma Fundação de Direito Privado. Estas dúvidas retardaram a aprovação do Regimento da FFEUnU. Somente quatro anos depois, o referido processo retorna à pauta do CONSUN, em reunião de 24/04/75. A relatora, Ilar Garotti, esclarecendo ao Conselho que, “naquela época, ao relatar o mencionado processo, solicitara várias providências no sentido de serem alterados diversos dispositivos do mesmo: esta diligência foi agora cumprida integralmente”, sendo assim aprovado.

Entretanto, por proposta do Presidente do Conselho, o Regimento da FFEU foi aprovado com as seguintes ressalvas: com a entrada e vigor do novo Estatuto da Universidade, ficarão automaticamente revogadas as disposições que conflitarem com o Estatuto e contidas no regimento ora aprovado. É ressaltada, ainda, que a aprovação se prendeu à urgente aprovação dos novos Curso de Engenharia Civil e Elétrica.

Estes fatos geraram uma forte reação dos alunos da FFEUnU, contrária às ressalvas apresentadas pelo CONSUN e contra o Diretor da FFEUnU que era membro do CONSUN.

Os alunos temiam que o engajamento do Regimento da FFEUnU no contexto do Estatuto da UnU poderia enfraquecer a Faculdade de Engenharia, unidade federal, levando à “desfederalização” da mesma.

Este acontecimento levou a Congregação da FFEUnU a uma imediata reunião extraordinária com o comparecimento maciço de todos seus membros, realizada em 28/04/75. Ressalta-se nesta reunião presidida pelo Prof. Antonino Martins da Silva Jr. o brilhante parecer do Relator Professor de Direito Osvaldo de Freitas. Conforme consta da Ata desta reunião, o Prof. Osvaldo de Freitas aponta que:

“O projeto do novo Estatuto da Universidade de Uberlândia cria uma nova estrutura universitária e extingue todas as suas unidades integradas... Entendo, s.m.j., que este projeto é ilegal e danoso aos interesses do ensino da engenharia em nossa região. É ilegal porque desrespeitou todos os dispositivos legais que regem a Universidade de Uberlândia e danoso aos interesses do ensino de engenharia em nossa região porque expõe aos riscos decorrentes da privatização da educação de nível superior, sempre ministrada em condições precárias, tanto assim que todas as escolas de nível superior reivindicam sua federalização”.

Na sequência de seu relato, o Prof. Osvaldo de Freitas apresenta inúmeras fundamentações ancoradas nas legislações pertinentes. Sua conclusão é desfavorável ao engajamento da FFEUnU ao Estatuto da Universidade.

Tendo em vista as acirradas discussões sobre qual o caminho a ser seguido, o Prof. José de Paulo Carvalho, Vice-Diretor da FFEUnU, toma a palavra de forma conciliadora, ponderando que todos os presentes se unissem para a busca de uma solução desejada, ou seja, trabalhar na busca da Federalização da UnU. Assim, propõe que:

1) o parecer do Prof. Osvaldo de Freitas seja o parecer desta congregação; 2) que o parecer da Congregação seja encaminhado aos órgãos competentes, alertando-os sobre a ilegalidade do Estatuto proposto, aprovado pelo Conselho Universitário e encaminhado ao Conselho Federal de Educação, protestando contra a extinção e desfederalização da Faculdade Federal de Engenharia da Universidade de Uberlândia; 3) que esta congregação sugira à UnU a implantação da Reforma Universitária, adotando, um modelo coerente com os Decretos Leis da Presidência da República, referente à UnU e à Faculdade Federal de Engenharia, e que, neste estatuto, seja contemporizada a federalização da Universidade de Uberlândia.

A proposta do Prof. José de Paulo Carvalho foi aprovada pela grande maioria dos presentes.

Os fatos descritos e constantes de documentos arquivados na UFU geraram uma reação proativa no sentido de buscar a federalização da UnU. A capacidade política de Uberlândia aliada ao forte desejo institucional foi sendo alinhavada gradualmente na direção da sua federalização. Destaca-se um grande momento político ocorrido em dezembro de 1975, quando o Ministro da Educação, Ney Braga, veio a Uberlândia paranimfar as primeiras turmas de Engenharia Mecânica, Química, Civil e Elétrica, no regime semestral.

As ações políticas encabeçadas por políticos locais, com destaque para o Prefeito Renato de Freitas, permitiram boas e frutíferas conquistas. Em 26 de dezembro de 1975, coordenado pelo Dr. Edson Machado, diretor do DAU, Diretoria de Assuntos Universitários, um grupo de idealistas seguiu para Brasília com o objetivo definido de reforçar ou mesmo retomar os vínculos federais da UnU com o Governo Federal.

O grupo retornou a Uberlândia com a indicação do novo Reitor, indicado pelo Ministro da Educação e Cultura Ney Braga, tendo sido indicado o Prof. José de Paulo Carvalho como Reitor “Pro tempore”, através da Portaria nº 794 de 26/12/1975.

Este feito realinha a UnU na direção da sua federalização, passo importante na conduta coerente com os Decretos-Leis do Governo, relativos à UnU e à Faculdade Federal de Engenharia.

Nesta caminhada, em 24/05/1978, o Presidente Ernesto Geisel sanciona a LEI nº 6.532 (Anexo-13), que cria Universidade Federal de Uberlândia.

A primeira providência foi a aprovação do Estatuto da UFU – Universidade Federal de Uberlândia. Procedeu-se assim a estruturação organizacional da universidade. Extingue-se a FFEUnU e cria a administração por Centros. Foram criadas as Pró Reitorias com órgãos de assessoria, três Centros (CETEC, CEBIM e CEHAR), os respectivos Conselhos da UFU, Departamentos e Coordenação de Cursos dentro da estrutura dos Centros, sendo que o CETEC – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia e o CEHAR – Centro de Ciências Humanas foram instalados no Campus Santa Mônica e o CEBIM – Centro de Ciências Biomédicas, instalado no Campus Umuarama.

O CETEC teve seu 1º Diretor, o então diretor da FFEUnU, Prof. José de Paulo Carvalho, onde os Departamentos de Engenharia Mecânica e Química e respectivos Cursos estavam inseridos.

Anexo-15

Relação dos alunos das turmas seriadas (1969 a 1974)

1969

MECÂNICOS

Ângelo Accetti Jr.	Ib Botech de Aquino	Meryge Alexandre Machado
César Faria	Jorge Rodrigues Cintra	Milcíades de Menezes
Edson de Figueiredo	José Augusto Rodrigues	Reny Simão
Edson de Jesus Vieira da Costa	Luiz Carlos Moreira Soares	Ricardo Arantes Parreira
Glênio Crosara	Luiz Carlos de Mello	Ricardo Eugênio da Silva Arantes
Henner Alberto Gomide	Luiz Carlos de Castro Palhares	Sebastião Silva de Sá
Hiran Galvão Rochaél Pereira	Marcélon Catta Preta Netto	

QUÍMICOS

Geny Cury	Limírio Gabriel Pereira de Melo
Guilherme de Felipe Jr.	Tutomo Makimoto

1970

MECÂNICOS

Amaro Cícero da Rocha	Hélio Augusto Ferreira Jorge	Luiz Antônio Morelli
Antônio José Penalva Mancini	João Carlos Rossigali	Luiz Roberto Guimarães
Cantídio Bretas Maganinni	João Alberto Ferreira	Nivaldo M. Sancinetti
Carlos Alberto Barcelos	João Jacques T. dos Santos	Rosa Maria de Sá Guimarães
Carlos Fonseca Soares	João Paulo Menezes Rossit	Sandy Borges Padilha
Clóvis Antônio Cintra	José Augusto R. de Farias	Vanderlei Takahashi
Francisco P. de O. Nogueira	José Carlos Pena Barbosa	Weber Pimenta de Melo
Guilherme Silva	José Joaquim da Cunha Neto	Wolney Buiatti
Gilberto de Paulo Santoro	José Pinto Sobrinho	Yoshio Kikuchi
Gonçalo Nakagava	Licurgo M. de Almeida Jr.	

QUÍMICOS

Bráulio Sérgio Alcici	Delvam de Castro Brito	Vera Morais de Queiroz
Carlos Alberto de Almeida	Paulo Luiz de Freitas	
Clarice Lacerda Pacheco	Paulo José de Morais	

1971

MECÂNICOS

Aldo José Fernandes de Rezende	Edmundo Dias Molina	Katsunori Shimabukuro
Almiro Aparecido Pires Valente	Érico Vilela Marquez	Luiz Antônio Bortoletto
Amilton Rodrigues Massi	Francisco Paulo Léopore Neto	Luiz Dalmo Miranda
Antônio Flávio Mermejo	Fumio Matoba	Márcio A. Escoboza
Antônio Gilberto Salerno	João Batista P. Guedes	Nivaldo Antônio Domingos
Antônio Wilson F. Costa	José Ferreira Martins	Mário Hisaho Kiyataka
Caetano B. de Souza	José Lázaro de Oliveira França	Nuno Batalha Fonseca Pinto
Carlos Augusto de Oliveira	José Luiz R. Gori	Paulo Gilberto Vessani
Clóvis de Albuquerque Rosa	José Olavo Pala	Paulo Humberto G. Caixeta
Demerval da Silva	José Roberto do Vale	Valter Guerreiro
Dilson Dalpiaz Dias	José Sérgio do Nascimento	Weilvel Leite Guimarães
Eder Jorge Estevan	Jurandir Junqueira Paranaíba	

QUÍMICOS

Antônio Carlos Conte	Fábio José do Vale	João Leopoldo Bueno Faria
Antônio Carlos Meira	Fernando Castanho Marin	José Mangolini Neves
Antônio Marmo Coscrato	Gonzalo Sieiro Gonzales	Nilson Sérgio Sancinetti
Brasiliano Isidoro P. de Aguiar	Guilherme Júlio M. A. Silva	Sílvia de Castro

Wanderlei Moreno Gil

1972

MECÂNICOS

Adelino Baldin Jr.	João Alves Filho	Luiz Carlos Cavalcanti
Aldo Ceconello Jr.	João Francisco Benini	Márcio César de Camargos Lima
Alfredo Issaho Yamatogi	José Alberto Navarro Vieira	Miguel Augusto S. Campagnoli
Anderson Sodré Lima	José Carlos Abi Jaudi	Orlando Ferreira Jr.
Ângelo Pereira dos Santos	José Carlos Brochi	Paulo César Guizzo
Ardson Brittes Cartella	José Carlos Garcez Lima	Paulo Roberto Bretas Nunes
Carlos Roberto de Souza	José Franco Junqueira	Reginaldo de Mello
Douglas Montefeltro	José Luiz Alves de Toledo	Ronaldo José Belei
Ericson de Paula	José Roberto Moretti	Sinclair Seminate Cortes
Fausto Antônio Valente	Juvenal Diocésio Rosa Leite	Vagner Putti
Fernando Alves de Paiva	Laerte Franco	Vilton Rezende Jr.
Itamar Martins Coelho de Lima	Luiz Agostinho Ruguê Bernardes	Waldemar Shinhit Suguri

QUÍMICOS

Afrânio Rodrigues Gonçalves	Edson Senra Dutra	Pedro Roberto Perini
Danilo Tostes de Oliveira	Eduardo Andraus Gassani	Sirlei S. Alves de Souza
Dorival Cera	Fábio Antônio Pozzi	

1973

MECÂNICOS

Antônio da Silva Domingos	João Roberto Lavrador	Nilo Moraes de Resende
Artur Freire Jr.	José Américo Páscoli	Nilson Tsuyoshi Ota
Bolivar Barbanti Ferreira	José Bernardino	Nivaldo José Inocêncio
Carlos Alberto Contador	José Carlos dos Santos	Oscar Jesus Rondon Castro
Carlos Alberto de Melo	José Honório de Souza	Paulo César de Freitas
Carlos Roberto Bento	José Humberto Lira Pontes	Pedro Alves do Prado
Cláudio Henrique Florido	José Humberto Scandiuzzi	Rafael Dória Neto
Edivan Vilela	José Luiz Pafundi Val	Renato Sanches Stuchi
Eli Márcio da Fonseca	José Maurício Barbosa	Renato Tavares Simas
Flávio Alberto Cascão	Juracélio Abrão Ramos	Renito Ushiro
Gildo Rodrigues Machado	Lúcio Antônio Gomes	Roberto Gomes Vieira
Henrique da Cunha Botelho	Luiz Antônio Cintra	Sérgio Matias
Jarbas dos Santos	Luiz Schezzi	Wagner Teodoro Vieira
João Batista da Fonseca	Márcio Antônio Guerra	Walmir Irineu
João Calil Jabur	Neilton Junqueira Matos	Wellington Neves Pereira

Wilson Abud

Yusaburo Shimabukuro

QUÍMICOS

Everaldo Ribeiro Franco

José Almeida Paiva

Luiz Carlos Pasquot

João Humberto de Souza e Silva

José Roberto Delalíbera Finzer

Mário Liévana

1974

MECÂNICOS

Abel Formaggini

Ivo D. V. Pasqua

Martins F. Santiago Jr.

Adalberto Rossigalli

Júlio Edmar Chaves

Milton Carmona Gil

Antônio Abrão Marques

Josevaldo B. de Carvalho

Noélio Brasil Machado

Antônio D. A. Loio

José Nunes de Paula

Omar Domingos Chaves

Balduino E. de Almeida Sobrinho

José Carlos Nunes Barreto

Oswaldo Firmino Júnior

Bráulio A. de Carvalho

José Carlos de Andrade

Renato de Paiva Amorim

Clineu Lázaro Moreira

Jeová F. Borges

Paulo César Bedê Cavalcanti

Edgar Maia

João M. de Andrade

Paulo S. Tuboi

Edmar Vidigal Lopes

João E. F. de Oliveira

Sebastião J. de Almeida

Elias J. Bittar

João B. da Silva

Sergio Maeda

Filadelfo Dias Ferreira

Lúcio Antônio Grou

Sidney Santos

Francisco Winkler Netto

Luiz Carlos Guliatto

Sílvio T. da Silveira

Hamilton da Mata Ambrósio

Luiz A. Beannucci

Walmir Olavo Neves

Hamilton J. Fuga Bertelli

Marcos A. C. Pereira

Walter José Duzzi

Ivaldo C. Novaes

Marcos C. de Resende

Wilson V. da Silva

QUÍMICOS

Aida Campelo Ribeiro

Eurismar Nunes de Paula

Paulo César dos Santos

Antônio Sérgio Bertini

Dimas C. de Campos

Ricardo Pereira Alves

Carlos R. Borges

José Arantes Sobrinho

Rubens Daud

Élcio Garanhani

Nilo Flávio do Egypto

Sérgio Pagin

Anexo-16

Fotos do período 1965 a 1979



1964- O primeiro prédio (1Q) em obras



1964 - Acabamento do primeiro prédio (1Q)



1965 – Vista do centro de Uberlândia



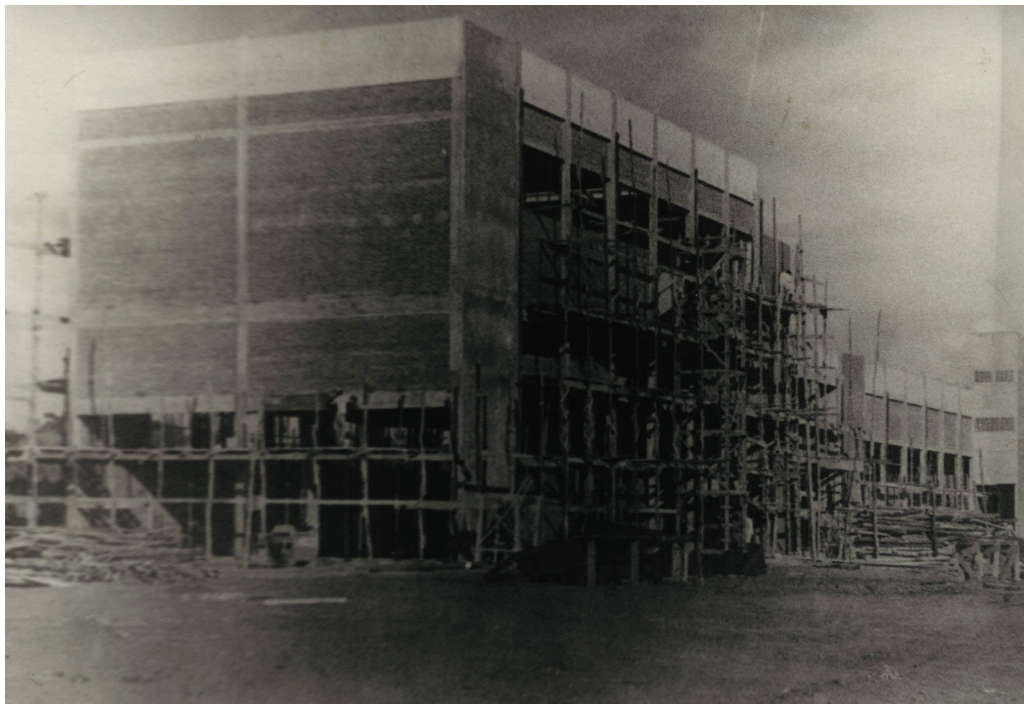
1966 – Primeiro trote, nos ingressantes da 2ª turma, na Praça Tubal Vilela



1966 - Primeiro trote nos calouros da 2ª turma, com os alunos da 1ª turma em pé, à esquerda



1967 - Sala de Aula do Prédio Q



1968 – Construção do Prédio M, projeto do Prof. Ildes Vieira de Moura



1968 – Vista externa do Prédio Q



1968 – As primeiras aulas de Tecnologia Mecânica na Escola René Giannetti



1968 – Laboratório de Físico-Química



1968 - Laboratório de Química



1968 – Aula de Desenho Técnico no “Mineirão” – Prédio Q



1968 – Vista geral da cidade



1969 – Time de basquete nos Jogos Universitários



1969 – Vista do Prédio O



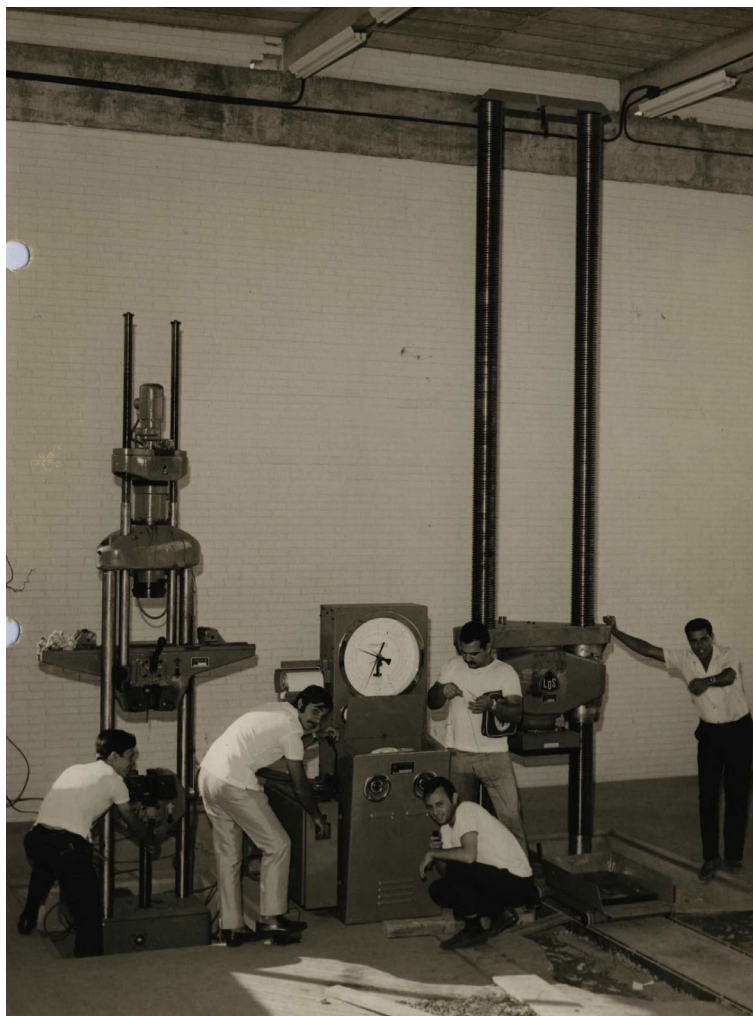
1969 – Ônibus da Escola de Engenharia



1969 – Profs. Antonino e Renato Campelo, Sec. Elson com alguns formandos de 1969



1969 – Prof. Nilo Gonçalves, na colação de grau da 1ª turma



1970 – Laboratório de Ensaio de Materiais



1970 – Aula Inaugural na UnU com o Ministro Jarbas Passarinho



1970 – Aula Inaugural na UnU com a presença do Ministro Rondon Pacheco



1970 – Time dos jovens professores na inauguração da quadra de Futsal



1970 - Time dos professores mais antigos na inauguração da quadra de Futsal



1970 - Time de Futsal dos alunos da 3ª Turma



1972 – Equipamentos do Laboratório de Máquinas Térmicas, no Prédio M



1972 – Oficina Mecânica, Prédio O



1972 – Vestibular na Faculdade de Engenharia



1973 – Vista aérea do Campus do Santa Mônica



1973 – O primeiro vestibular unificado da Universidade de Uberlândia



1973 – Solenidade da Fundação Universidade de Uberlândia no Anfiteatro da Reitoria



1973 - Vista do Prédio Q



1973 - Vista do Prédio Q



1973 – Laboratório de Ensaio de Materiais



1974 - Vista externa do Campos Santa Mônica



1974 – Vista do Campus Santa Mônica



1974 - Vista do Campos Santa Mônica



1975– Dr. Arnaldo, Diretor da Escola de Medicina brindando com o prefeito Renato de Freitas



1975 – Professores da Medicina com o Ministro Ney Braga(1974- 1978) e o senador Magalhães Pinto



1975 – Vista do Campus Santa Mônica



1975 – Aula de Tecnologia Mecânica na Oficina Mecânica, Prédio O



1975 – A Biblioteca do Campus Santa Mônica



1979 – Funcionários da Oficina Mecânica

